

**UNIVERSIDADE DE UBERABA
GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

GABRIELLE MARTINS BORGES

**A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA JOVEM APRENDIZ PARA O
DESENVOLVIMENTO E FORMAÇÃO DO ADOLESCENTE**

UBERABA

2023

GABRIELLE MARTINS BORGES

A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA JOVEM APRENDIZ PARA O
DESENVOLVIMENTO E FORMAÇÃO DO ADOLESCENTE

Artigo apresentado como requisito parcial para
a disciplina Trabalho de conclusão de curso,
pela Universidade de Uberaba.

Orientadores: Prof. Me. Rafael Silvério Borges e Prof. Arthur Afonso Silva e Sousa

Uberaba

2023

A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA JOVEM APRENDIZ PARA O DESENVOLVIMENTO E FORMAÇÃO DO ADOLESCENTE

Resumo: A adolescência é repleta de mudanças e a possibilidade de entrada no mercado de trabalho se caracteriza como mais uma delas; o que suscita questionamentos de quais as implicações disso para esse púbere que agora também é Jovem Aprendiz. Diante disso, o presente artigo através de uma revisão narrativa sobre a importância que o Programa Jovem Aprendiz pode vir a representar no desenvolvimento e formação de adolescentes, tem como objetivo refletir sobre as práticas atuais e contribuir para o aumento dos escassos estudos sobre o tema.

Palavras-chave: Adolescência; Jovem Aprendiz; Programa de aprendizagem.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com o “Manual da Aprendizagem: o que é preciso saber para contratar o jovem aprendiz”, elaborada pelo Ministério do Trabalho e Emprego em 2006; o Programa Jovem Aprendiz (PJA) assegura a jovens de 14 a 24 anos inscrito em programa de aprendizagem; uma formação técnico-profissional metódica, compatível com seu desenvolvimento físico, moral e psicológico. O PJA é regulamentado pela lei (10.097/2000), alterada pelo Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro 2005; e segue os princípios dispostos pela Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Dentro desse cenário, de acordo com o percentual exigido por lei (art. 429 da CLT), os estabelecimentos de qualquer natureza, que tenham pelo menos 7 (sete) empregados, são obrigados a contratar aprendizes.

Nesse sentido, o contrato de aprendizagem exige frequência escolar, horário especial para o exercício das atividades, programa de formação técnico-profissional e capacitação adequada ao mercado de trabalho; assim sendo, há todo um regulamento com o objetivo de propiciar reais condições de aprendizagem e minimizar os impactos do trabalho precoce (AMAZARRAY et al., 2009). Portanto, o Aprendiz ao ingressar no mercado de trabalho está cercado por implicações psicológicas, sociais, cognitivas e biológicas no desenvolvimento e na sua formação. Por isso, uma das propostas do artigo é entender como o PJA atua na resolução ou naturalização dessa problemática;

visto que, a experiência de trabalho se consolida como um importante pilar na construção da identidade, sendo promotora de saúde, sofrimento e/ou doença (CODO, 1992 apud AMAZARRY et al., 2009).

Em retrospecto, historicamente, observa-se que o trabalho sempre esteve presente na vida de crianças e adolescentes das camadas populares mais baixas (PEREIRA et al., 1994 apud VILLAR; MOURÃO, 2018). Dado que os brasileiros trazem consigo um histórico de exploração de mão de obra, pois no Brasil utilizou-se por praticamente quatrocentos anos a mão de obra escrava e desde os primórdios houve a exploração de mão de obra infantil; porque as crianças pobres sempre trabalharam para manter a si e suas famílias (RIZZO; CHAMON, 2010). O que de acordo com Abreu (2002 apud FICHER et al., 2003) faz manutenção do ciclo vicioso da pobreza, estimulando com que crianças e adolescentes se tornem adultos que ainda deixarão para seus filhos a herança da miséria e da marginalização.

Dentro desse contexto, segundo Villar e Mourão (2018) pesquisas estrangeiras também evidenciaram a relação direta do trabalho na adolescência com o nível socioeconômico, com o abandono e com o desempenho escolar. Posto que o trabalho de adolescentes é visto como prejudicial para os jovens de classe média e alta, mas ele é considerado benéfico para os jovens de classe baixa (AMAZARRAY, THOMÉ, SOUZA, POLETTO, KOLLER, 2009; KINGSTON, ROSE, 2015; LEVENTHAL, GRABER, BROOKS-GUNN, 2001; PURTELL, MCLOYD, 2013 apud VILLAR; MOURÃO, 2018).

Por conseguinte, todo esse contexto sócio-histórico reflete na imagem distorcida que a sociedade apresenta sobre o jovem trabalhador em virtude de que concebe o trabalho como importante para o jovem 'aprender como é a vida', 'levar a vida a sério' (RIZZO; CHAMON, 2010). Logo, expressões como 'ocupar o seu tempo', 'tirar da rua', 'tirar da marginalidade', 'aprender uma profissão', 'ajudar a família'; são frequentes nas entrevistas dos adolescentes sobre o significado do trabalho (RIZZO; CHAMON, 2010).

Em contrapartida, Silva (2011) preconiza que a entrada de adolescentes no mercado de trabalho formal se configura como uma esfera de promoção de direitos sociais básicos e acesso à cidadania. No entanto, a falta de atenção e reflexão sobre as condições experienciadas na rotina de adolescentes trabalhadores podem contribuir para reforçar situações de exploração, exclusão e desqualificação social, de

agravos físicos e psicossociais, além de outros processos de vitimização (OLIVEIRA; SÁ; FISCHER; MARTINS; TEIXEIRA, 2001 apud SILVA,2011).

Portanto, de acordo com Silva (2011) ao pesquisar sobre a vivência de adolescentes trabalhadores é possibilitado não só repensar, mas orientar práticas sociais visando o contínuo regaste da cidadania em contextos de vulnerabilidade. Assim sendo, o presente artigo através de uma revisão narrativa sobre a importância que o PJA pode vir a representar no desenvolvimento e formação de adolescentes, se compromete em refletir sobre as práticas atuais e contribuir para o aumento dos escassos estudos sobre o tema ao investigar o impacto de programa sociais de capacitação profissional no desenvolvimento de adolescentes de baixa renda.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Foi utilizado como método a revisão narrativa que segundo Rother (2007) se caracteriza como um artigo de revisão e se compromete a ser uma publicação mais ampla à medida que não se delimitam critérios e métodos explícitos e sistemáticos para a coleta de dados e desenvolvimento a respeito do tema. Sendo assim, adquire uma abordagem qualitativa à medida que descreve e discute o desenvolvimento ou o “estado da arte” de um determinado assunto, através de um ponto de vista teórico ou contextual (ROTHER, 2007).

Logo, durante o levantamento bibliográfico que compreendeu o período de julho de 2022 a abril de 2023, foram recuperados 20 artigos das bases de dados SciELO, Portal CAPES, Ministério do Trabalho e Emprego e site do Planalto; dentre os quais 5 foram artigos de revisão, 2 foram relato de caso, 7 foram pesquisas qualitativas, 3 constituíram pesquisas quantitativas, 1 se tratou de manual elaborado pelo Governo e 2 são sites também mantidos pelo Governo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A fase da adolescência e a sua relação com o exercício laboral

Ao buscar conceituar adolescência, nota-se que o fator mais característico são as várias mudanças biológicas, psicológicas, hormonais e sociais experienciadas pelos adolescentes. Essas mudanças representam um processo de diferenciação, a princípio dos pais, que envolve o confronto de condutas e valores paternos e a adoção de uma postura independente e questionadora do mundo ao redor (COLEMAN, 1992; ERIKSON, 1994; SALLES, 2005 apud WATARAL; ROMANELLI, 2010)

Nesse sentido, é encontrado na literatura uma vasta percepção sobre o tema e diferentes abordagens, visto que, de acordo com Garcia, Ferreira e Cardoso (2021) definir “adolescentes” e “adolescência” têm sido motivo de muitas publicações e indagações, pois há diferentes pontos de vista sob os quais essa etapa do desenvolvimento do ser humano pode ser estudada. Assim sendo, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (do inglês, *United Nations Children’s Fund – Unicef*) define como adolescente a pessoa dos 10 aos 19 anos de idade; nisto devido as diferenças significativas de experiências e mudanças internas e externas entre essas fases é possível distinguir duas categorias: a adolescência precoce, que vai dos 10 aos 14 anos e a adolescência tardia, dos 15 aos 19 anos (UNICEF, 2011).

Por conseguinte, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) define a adolescência como a faixa etária que vai dos 12 aos 18 anos (BRASIL, 2000). Dentro desse cenário, a Organização Mundial da Saúde (OMS) circunscreve a adolescência a segunda década da vida que vai dos 10 aos 19 anos e considera que a juventude se estende dos 15 aos 24 anos. Sendo assim, identifica-se adolescentes jovens a partir dos 15 a 19 anos e adultos jovens dos 20 aos 24 anos (BRASIL, 2007).

No entanto, a maioria dos autores, não se detém apenas na biologia, fisiologia e na cronologia, pois tais aspectos não tem expressão direta na subjetividade que vai vir a ser significada pela sociedade (OZELLA; AGUIAR, 2008 apud GARCIA, FERREIRA; CARDOSO, 2021). Logo, a adolescência seria um fenômeno que abrange tanto a interface social como a psíquica ao constituir as duas faces de uma mesma moeda (RUFFINO, 1995 apud MORAES; WEINMANN, 2020). Nesse sentido, Garcia, Ferreira e Cardoso (2021) afirmam que o adolecer deve ser considerado enquanto travessia, e não meramente como etapa cronológica; considerando que seria na adolescência que ocorreria a ressignificação de tudo já vivenciado na infância, principalmente os conteúdos de ordem inconsciente.

Contudo, conforme Minayo-Gomez e Meirelles citado por Silva (2011) alertam, para uma participação ativa do adolescente na transformação de sua realidade é necessário um enfoque para além da visão de Adolescência como uma mera fase de transição. Assim sendo, destaca-se seu potencial de contribuição social e considera-se importante o que o adolescente pensa, sente e critica (MINAYO-GOMEZ; MEIRELLES, 1997 apud SILVA, 2011); pois caso contrário, suas necessidades e direitos enquanto cidadão cairão no esquecimento (MINAYO-GOMEZ; MEIRELLES, 1997, p. 136 apud SILVA, 2011).

Para além disso, entende-se que a adolescência sofre influência por exemplo da cultura vigente; como é apontado por Moraes e Weinmann (2020) ao considerarmos a adolescência como uma passagem da infância para a fase adulta é necessário recorrer ao significado que cada cultura apresenta. Sendo assim, para as autoras, a noção de adolescente está em constante transformação e ao buscar compreender adolescência, encontra-se várias adolescências.

Em retrospecto, de acordo com Le Breton (2013/2017) apud Moraes e Weinmann (2020) o conceito de adolescente só surge no início do século XX, ou seja, ele aparece bastante tempo depois na sociedade ocidental. Ademais, em meados dos anos 1950 tanto nos Estados Unidos como na Europa, ocorre um fenômeno denominado “adolescentização da cultura”; ou seja, ocorre a exaltação da adolescência tanto na cultura como na economia e o adolescente se torna, ao mesmo tempo, objeto de medo e inveja. Logo, a adolescência se torna um ideal a ser vendido, mas também algo a ser temido (CALLIGARIS, 2009 apud MORAES; WEINMANN, 2020).

Destarte, para além de uma simples fase do desenvolvimento humano, a adolescência vai impondo paradigmas e funcionando em dialética com a sociedade à medida que constitui uma experiência própria e vai colocando demandas ao psiquismo como fruto das transformações impostas ao sujeito (GARCIA; FERREIRA; CARDOSO, 2021). Em consonância, segundo Ozella e Aguiar (2008) apud Lepre e Oliveira (2022) a adolescência historicamente é criada pelo homem, tanto como uma representação como um fato social e psicológico. Logo, ela é gerada na cultura e na linguagem que permeia as relações sociais. Portanto, o adolescente é fruto de uma construção social e histórica que perpassa questões de gênero, étnico raciais, de

origem social e de outras dimensões que podem vir a constitui-lo (LEÃO; DAYRELL; REIS, 2011 apud ALVARENGA; PATROCÍNIO; BARBI, 2021).

Por isso, diante do exposto, os programas de aprendizagem desempenham um papel crucial que têm como função mediar o adolescente e seu mundo interno e externo, à medida que o guia e o ajuda a delinear sua identidade, pois há um constante incentivo para que o adolescente busque se aperfeiçoar; o que vai refletir diretamente na construção de suas crenças, valores e projeto de vida. Assim sendo, fala-se de uma Experiência de Aprendizagem Mediada (EAM) que vai provocar um fenômeno denominado por Reuven Feuerstein de modificabilidade cognitiva estrutural (GONÇALVES; VAGULA, 2012).

Segundo Sasson (apud GONÇALVES; VAGULA, 2012) EAM “se refere à natureza e à qualidade de toda interação humana destinada a produzir mudanças significativas e duradouras no indivíduo, com o objetivo de promover seu potencial para aprender”. Tendo em vista que para Feuerstein, o mediador tem como finalidade gerar modificabilidade, isto é, gerar no indivíduo a capacidade de utilizar a experiência prévia em sua adaptação a situações novas (GONÇALVES; VAGULA, 2012, p.9); conjectura-se que o adolescente está vivenciando um período de transição repleto de lutos e novas informações, logo a adaptação a situações novas se torna fundamental.

Por fim, como pontuado por Garcia, Ferreira e Cardoso (2021), no plano legal os adolescentes são considerados iguais, sem qualquer espécie de distinção. No entanto, quando adicionamos o elemento de classe social a discussão, nota-se que a dualidade entre adolescentes pobres e os demais pertencentes a outros estratos continua se fazendo presente nas relações sociais; visto que, a classe social e a raça vão influenciar diretamente no acesso a oportunidades e usufruto de bens materiais e simbólicos de uma sociedade (DUBAR, 1998 apud GARCIA; FERREIRA; CARDOSO, 2021).

Logo, segundo Singly (2000) apud Wataral e Romanelli (2010), para as famílias pertencentes as camadas populares, o início da adolescência significa a conquista da independência e autonomia no cuidado de si próprio, principalmente a nível financeiro. O que acaba propiciando um ambiente para esses adolescentes evadirem a escola e se sujeitarem a trabalhos mal remunerados, em ambientes precários e violentos. Sendo assim, o exercício laboral responsável e legal por meio dos programas de aprendizagem na adolescência se mostram promissores como fator

de proteção (SINGLY, 2000 apud WATARAL; ROMANELLI, 2010). Para Ficher et al. (2003) o trabalho desenvolvido por adolescentes de forma precoce pode ser um fator decisivo em suas vidas à medida que pode gerar tanto consequências positivas como também negativas, e todas elas vão impactar diretamente no desenvolvimento físico e psicossocial do adolescente.

Fatores de risco e de proteção do Programa Jovem Aprendiz (PJA) para o desenvolvimento de jovens trabalhadores

Ao refletir sobre a inclusão social do adolescente por meio do mercado de trabalho, observa-se que quando o jovem consegue seu primeiro emprego ele é incluído nos sistemas sociais gerais vigentes, o que abre margem para que seu desenvolvimento pessoal e profissional passe por uma série de transformações (OLIVEIRA,2014 apud PIRES; VASCONCELOS; GOMES; SOUZA,2017).

Logo, diante desse cenário, inicia-se um processo árduo de autoconhecimento para que o adolescente possa reconhecer suas potencialidades, habilidades e predileções. Souza (2018) ressalta que a formação pessoal e profissional de um jovem decorre de um período de muitas inseguranças e dispersões, sendo, portanto, difícil alcançar a capacidade de reconhecer que a fase de vida atual é um alicerce para o seu futuro. Em concordância, segundo Alvarenga, Patrocínio e Barbi (2021) o adolescente experiencia a realidade de forma imediata, logo não há reflexão sobre as consequências que suas escolhas e ações podem gerar na fase adulta.

Portanto, subtende-se que a adolescência se fundamenta na construção da identidade, o que envolve escolhas e relações diversas que podem provocar ansiedade, medo e insegurança (ALVARENGA; PATROCÍNIO; BARBI, 2021). E todo esse processo é dificultado principalmente pela vulnerabilidade social enfrentada por muitos jovens, porque coloca empecilhos no seu acesso a oportunidades melhores de trabalho, cultura, lazer e educação (FERRETTI,1988 apud ALVARENGA; PATROCÍNIO; BARBI, 2021).

Ademais, há algumas questões trazidas por Rizzo e Chamon (2010) como a supervalorização do trabalho como a salvação para não se envolver com coisas ruins, isto é, como uma forma de fugir da condição social (tanto no sentido econômico quanto

do ambiente que o indivíduo está inserido). Nesse sentido, se mostra preocupante o significado de trabalho para os adolescentes quando ele se resume a fuga da condição social e do envolvimento na criminalidade; pois historicamente o trabalho já foi ligado a um assujeitamento a própria necessidade e os indivíduos que o realizavam não possuíam cidadania, isto é, participação na pólis. (ARENDR, 2005 apud RIZZO; CHAMON, 2010).

Assim sendo, em uma sociedade onde impera a desigualdade social, de acordo com Rizzo e Chamon (2010) os adultos têm lançado mão de seus filhos para a sobrevivência do próprio grupo familiar. Destarte, os adolescentes visualizam o trabalho como uma oportunidade de ascensão social; logo, o labor é reconhecido como um meio de liberdade econômica e acesso ao mercado de consumo (RIZZO; CHAMON, 2010). Dentro desse mesmo contexto, Rizzo e Chamon (2010) observou que o trabalho é considerado mais importante que o estudo, pois 'apenas ser estudante não impede que o adolescente tenha tempo para se envolver com coisas erradas'. Ficher et al. (2003) chama atenção para as representações construídas sobre o trabalho, pois elas podem acabar sustentando as práticas sociais que tendem a priorizar o trabalho sobre o estudo e assim realizam a manutenção do jovem trabalhador no mercado de trabalho.

Logo, segundo Picanço (2015) aos jovens de famílias de baixa renda foi reservado um lugar específico: o de trabalhador; pois, ao se afastar desse roteiro, esse adolescente se transforma em um potencial alvo da criminalidade. Portanto, observa-se que o trabalho é associado a valores morais, ao esforço pessoal e principalmente como forma de contornar problemas urbanos, tais como o envolvimento com drogas ilícitas e a marginalidade (OLIVEIRA et al., 2001 apud FICHER et al., 2003).

Em concordância, Garcia, Ferreira e Cardoso (2021) apontam para à segregação dos pobres à medida que são negligenciados, visto que, atrelar o adolescente ao mercado de trabalho se torna uma estratégia cômoda e paliativa para aplacar todo o incômodo e a ameaça que sua condição social pode vir a representar. Além disso, passa a ser atribuído ao trabalhador a expressão pejorativa de "pobre merecedor" (HIMMELFARB, 1988 apud GARCIA; FERREIRA; CARDOSO, 2021)

Dentro desse contexto, uma visão conivente pode ser observada até dentro das escolas, pois de acordo com Garcia, Ferreira e Cardoso (2021) a escola tem se

apresentado como um mero espaço de formação profissional à medida que não há trocas, amplo acesso à cultura e expressão de identidades e valores. Destarte, a instituição escolar não leva em conta os interesses e demandas dos sujeitos; ou seja, não há incentivo ao protagonismo juvenil.

Logo, conforme o provérbio “é preciso estudar para ser alguém na vida” é difundido; ao voltarmos o olhar para a escola como uma oportunidade de mobilidade social através do esforço individual, observa-se que nem mesmo essa função está sendo realizada (GARCIA; FERREIRA; CARDOSO, 2021). Nesse sentido, evidencia-se a importância de não reduzir o adolescente a apenas um “feixe de carências” e sim questionar o que ele deseja, o que ele sabe e quem ele é (COSTA, 1993 apud SILVA, 2011).

Para além disso, o ECA assegura formação técnica – profissional e a realização de atividades compatíveis com a vida escolar e com o desenvolvimento físico, psicológico e moral do aprendiz. Pois, em um cenário contrário a esse citado, pesquisas de Oliveira, Fischer, Amaral, Teixeira & Sá (2005) apud Amazary et al. (2009) demonstraram que os jovens que possuem excesso de tarefas e, especialmente, exigências psicossociais geradoras de estresse incompatíveis com seu momento de desenvolvimento, ficam mais suscetíveis a ter dores no corpo, maiores riscos de acidentes e redução do sono (FISCHER; COLS, 2005 apud AMAZARY et al., 2009). Nesse sentido, segundo Ficher et al. (2000) e Vinha et al. (2002) citadas por Ficher et al. (2003) o padrão do ciclo vigília-sono típico da adolescência (dormir e acordar em horários mais tardios) fica alterado pelo fato de os jovens trabalharem e estudarem; e essa dupla jornada faz com que os adolescentes acordem muito cedo e vão dormir tarde, contribuindo para uma redução crônica da duração do seu sono noturno e pela instalação de um cansaço crônico.

Por conseguinte, se mostra inevitável que não se estabeleça uma competição entre trabalho, escola, lazer e a convivência social e familiar (AMAZARY et al., 2009). Logo, a conciliação do trabalho com os outros aspectos da vida do adolescente ocasiona cansaço, sobrecarga física, falta de tempo para estudar, para descansar e para o lazer; o que eleva a falta de interesse na escola, a dificuldade em aprender e os altos níveis de estresse (OLIVEIRA; COLS, 2001, 2003, 2005 apud AMAZARY et al., 2009).

Ademais, inserido nesse contexto ainda há o fenômeno da “adultização”, isto é, quando o jovem assume responsabilidades precocemente para si, sem ter o desenvolvimento e maturidade necessários para acompanhar essas demandas recém adquiridas (CAMPOS; FRANCISCHINI,2003, OLIVEIRA; ROBAZZI, 2001 apud RIZZO; CHAMON,2010). Nesse mesmo panorama, é observado que o trabalho precoce por via de regra promove efeitos adversos no desenvolvimento físico e educacional, pois o tempo do adolescente se torna limitado para dedicar-se às atividades lúdicas e sociais próprias da idade; o que pode ocasionar o isolamento dos jovens entre seus pares e familiares, e também um atraso escolar (Oliveira et al., 2001 apud RIZZO; CHAMON,2010).

Contudo, em contrapartida, a entrada precoce do adolescente no mercado de trabalho eleva a autoestima e o sentimento de responsabilidade (RIZZO; CHAMON,2010). Em uma pesquisa sobre o significado do trabalho para adolescentes trabalhadores das mesmas autoras referidas anteriormente, a experiência no mercado de trabalho surge para esses jovens relacionada não só ao crescimento profissional e a um diferencial para o mercado de trabalho, mas principalmente ao ganho pessoal, à valorização e à autoestima (RIZZO; CHAMON,2010).

Ademais, nas entrevistas os adolescentes também destacaram a oportunidade de ajudar financeiramente em casa e custear as próprias despesas. E apesar de isso nitidamente representar uma inversão de papéis, visto que, no ECA isso deveria ser responsabilidade dos pais; em todos os casos, ao invés disso aparecer como motivo de sobrecarga, por exemplo, surge como um compromisso e motivo de orgulho e sentimento de utilidade entre os jovens (RIZZO; CHAMON,2010).

Além do mais, a respeito da legislação do Jovem Aprendiz, o presente texto levanta como hipótese uma redução da evasão escolar não só porque esse adolescente é constantemente incentivado e desafiado pelos estímulos presentes no campo de experiências, como também, porque através do contrato que é estabelecido por meio do qual é fiscalizado a frequência à escola (BRASIL,2006).

Portanto, o Programa Jovem Aprendiz influencia a vida do adolescente, por exemplo, através da redução de uma evasão escolar, visto que, como apontado por Schwartzman e Castro (2013) citado por Villar e Mourão (2018) no Brasil tem sido comum as ocorrências de evasão escolar devido a necessidade de trabalho ou pela dificuldade de conciliar trabalho e estudo. Em vista disso, de acordo com Villar e

Mourão (2018) é importante que as políticas públicas voltadas para o ingresso de adolescentes no mundo do trabalho levem em conta o incentivo à continuidade dos estudos.

Sendo assim, conseqüentemente, haverá um aumento da qualidade de vida contribuindo para o processo de autoconhecimento e desenvolvimento de uma perspectiva de futuro e construção de um projeto de vida. Por conseguinte, os estudos de Lima e Minayo-Gomez (2003, apud SOUZA; FROZZI et al., 2013) sugerem que os programas de aprendizagem fizeram com que os jovens tivessem maiores possibilidades de capacitação e de profissionalização. Dentro desse cenário, ao ser restituído o vínculo entre arte e cultura apresentados nos programas torna-se possível pensar em novos modelos de trabalho e no incentivo de valores como responsabilidade e liderança; o que abre margens para que o aprendiz adquira autonomia de mudar não só questões inerentes a sua própria vida, mas também dos grupos em que está inserido.

Por fim, diante do exposto, observa-se que o trabalho na adolescência apresenta características próprias que abarcam fatores de risco e proteção para o desenvolvimento do adolescente (AMAZARY et al., 2009). Além disso, segundo Amazary et al. (2009) o trabalho infanto-juvenil é um tema de relevância social, pois abrange tanto aspectos econômicos e culturais, como também, aspectos psicológicos.

Nesse sentido, assim como foi discutido no primeiro tópico a complexidade de compreender a adolescência, visto que, vai surgindo diferentes significados em cada cultura; também vai se mostrando igualmente enredado a compreensão do jovem no mercado de trabalho.

A inserção de adolescentes em programas sociais de capacitação profissional e seus impactos biopsicossociais

No panorama atual, alguns autores enxergam a inclusão do jovem no mercado de trabalho como uma questão de responsabilidade social, pois além de proporcionar o desenvolvimento pleno considerando todo um aspecto biopsicossocial e multidisciplinar do ser humano, há ainda a garantia de uma existência digna a medida que há um acesso a direitos básicos evitando que muitos jovens continuem em situação de vulnerabilidade, isto é, sofra pela falta de alimentação e educação ou

ainda através da permanência em ambientes violentos e que possuem livre acesso a drogas e bebidas (WANTOWSKY,2009 apud PIRES; VASCONCELOS; GOMES; SOUZA,2017). E ainda, como apontado por Belmiro e Lucena (2020, p. 9) majoritariamente os jovens compõem uma força de trabalho sem experiência e com pouca escolaridade, o que dificulta significativamente a inserção destes no mercado de trabalho formal. Logo, esse jovem se torna mais vulnerável a trabalhos em condições precárias e mal remunerados já que depende dessa renda para a sua própria subsistência.

Diante do exposto, conclui-se que é necessário não se iludir ao achar que a mera inclusão assistida de jovens no mercado de trabalho formal garanta uma absoluta proteção dos direitos, visto que, em outros espaços esses adolescentes podem ocultar algumas violações de direito (SILVA, 2011). Portanto, evidencia-se que apesar da inserção laboral reduzir o impacto da exploração do trabalho adolescente em condições de sub-cidadania, é provável que em outros cenários isso ocorra apenas em uma dimensão reparadora dessa condição; logo, torna-se algo preventivo que pode acabar não sendo totalmente efetivo na resolução dessa problemática. Assim sendo, o estímulo ao trabalho não deve ser a principal solução de problemas pessoais e sociais; pois caso contrário, estaria apenas se solidificando como um mecanismo de manutenção e reprodução social da pobreza e da estrutura trabalhista vigente (MINAYO-GOMEZ; MEIRELLES, 1997 apud SILVA,2011).

Para além disso, a influência do meio externo (social e cultural) para o desenvolvimento e formação do adolescente é notória: surgem nesses adolescentes o desejo de demonstrarem que são capazes, de exporem toda sua bagagem interna e claro de receberem aprovação seja dos seus chefes e/ou pais que nesse momento se estabelecem enquanto não só figuras de autoridade, mas de modelo a serem seguidos e também como inspiração (COELHO,2015 apud PIRES; VASCONCELOS; GOMES; SOUZA, 2017). Sendo assim, como destacado por Guimarães e Romanelli (2002 apud RIZZO; CHAMON,2010) apesar de estar sujeito a uma ordem hierárquica no exercício de seu trabalho o adolescente tem a oportunidade de treinar suas habilidades de sociabilidade e representação. Destarte, amplia suas experiências e contribui para o processo de amadurecimento psicológico e intelectual.

Ademais, no caso do jovem, o contato com outras pessoas atua no desenvolvimento não só da sua identidade pessoal, mas também favorece o

desenvolvimento de laços sociais (MORIN,2011 apud GRAEBIN et al., 2019). Logo, através das trocas possibilitadas pelas relações estabelecidas entre esse jovem e o meio ao seu redor; ocorre não só uma ajuda na formação da sua própria identidade, mas na formação de uma identidade profissional. (GRAEBIN et al., 2019)

Nesse sentido, em uma pesquisa realizada pelos autores Graebin et al. (2019) sobre “O significado do trabalho para jovens aprendizes” quando investigado a influência do trabalho na vida social e familiar, os jovens relatam mudanças significativas e positivas, pois conquistaram um lugar de destaque na família à medida que são motivo de orgulho para os pais e passam a ter uma renda; algo que em uma sociedade capitalista é fundamental para que o sujeito seja validado como membro dessa sociedade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, observa-se que compreender a importância do PJA para o desenvolvimento e formação do adolescente se provou ser mais complexo que o esperado; em partes pela escassez de estudos recentes sobre o tema e também pela falta de reflexão sobre a fase adolescência, visto que, ao buscar compreender o adolescer encontra-se várias perspectivas; pois esse conceito está em constante transformação, assim como, seu objeto de estudo. Sendo que essa própria falta de reflexão já é em si um dado de que o adolescente não está sendo reconhecido em sua subjetividade e como alguém que já sabe falar por si e que tem opiniões legítimas sobre a sua realidade e sobre o mundo. No entanto, mesmo com esses entraves, foi possível conhecer diferentes panoramas sobre o tema e reconhecer a inegável diferença que o PJA realiza na vida de jovens de baixa renda a partir do momento que proporciona o acesso a direitos básicos e o reconhece enquanto cidadão para além de suas vulnerabilidades. Contudo, também é necessário não reduzir todo o programa apenas a isso, pois ele ainda é algo paliativo e gerador de outras problemáticas que só serão evidenciadas a partir de mais pesquisas sobre o cotidiano de jovens aprendizes.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Cláudia Gersen; PATROCINO, Laís Barbosa; BARBI, Lucas. Discutindo projetos de vida com crianças e adolescentes em vulnerabilidade social. *Desidades*, Rio de Janeiro, n. 29, p. 186-199, abr. 2021. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2318-92822021000100012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 abr. 2023.

AMAZARRAY, Mayte Raya et al. Aprendiz versus trabalhador: adolescentes em processo de aprendizagem. **Psicologia: Teoria e Pesquisa** [online]. 2009, v. 25, n. 3, pp. 329-338. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722009000300006>

BELMIRO, C. B.; LUCENA, C. A. A relação entre juventude, trabalho e educação profissional no século XXI: uma análise sobre o Programa Jovem Aprendiz sob a perspectiva de classe social. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v. 20, p. e020046, 2020. DOI: 10.20396/rho.v20i0.8653401. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8653401>. Acesso em: 21 abr. 2022.

BRASIL, Ministério do trabalho e Emprego. Manual da Aprendizagem: o que é preciso saber para contratar o jovem aprendiz. Brasil: 2006.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10097.htm. Acesso em: 11 Jun 2022.

BRASIL. Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 08 abr 2023.

FISCHER, Frida Marina et al. Efeitos do trabalho sobre a saúde de adolescentes. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2003, v. 8, n. 4, pp. 973-984. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232003000400019>. Acesso em: 15 abr. 2023.

GARCIA, JOANA; FERREIRA, A L; CARDOSO, M. R. A adolescência negligenciada: múltiplos olhares. **Desidades** - revista eletrônica de Divulgação científica da infância e juventude, v. 1, p. 38-52, 2021.

GONÇALVES, Carlos Eduardo de Souza; VAGULA, Edilaine. Modificabilidade cognitiva estrutural de Reuven Feuerstein: uma perspectiva educacional voltada para o desenvolvimento cognitivo autônomo. IX ANPED SUL Seminário de pesquisa em educação da região sul, p. 1 – 17, 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/view/1106/376> . Acesso em: 21 abr. 2022.

GRAEBIN, Rosani Elisabete; et al. O significado do trabalho para jovens aprendizes. RGO Revista Gestão Organizacional, Vol. 14, p. 17 – 38, abr, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22277/rgo.v14i1.4100>. Acesso em: 21 abr. 2022.

LEPRE, Rita Melissa; OLIVEIRA, Jamile de. Adolescência e construção da personalidade moral. **Dialogia**, São Paulo, n. 41, p. 1-15, e21333, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/41.2022.21333>.

MORAES, Bruna Rabello de; WEINMANN, Amadeu de Oliveira. Notas sobre a história da adolescência. **Estilos clínicos**, São Paulo, v. 25, não. 2, pág. 280-296, ago. 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282020000200008&lng=pt&nrm=isso>. Acesso em: 15 out. 2022.

PICANÇO, Felícia Silva. Juventude e trabalho decente no Brasil: uma proposta de mensuração. **Caderno CRH [online]**. 2015, v. 28, n. 75, pp. 569-590. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792015000300008>. Acesso em: 15 abr 2023.

PIRES, G. S.; VASCONCELOS, E. O. F.; GOMES, A. D. da S.; SOUZA, M. A. N. Jovem aprendiz como uma nova perspectiva de inclusão social. *Revista Univap*, [S. l.], v. 22, n. 40, p. 395, 2017. DOI: 10.18066/revistaunivap.v22i40.915. Disponível em: <https://revista.univap.br/index.php/revistaunivap/article/view/915>. Acesso em: 21 abr. 2022.

RIZZO, Catarina Barbosa da Silva e CHAMON, Edna Maria Querido de Oliveira. O sentido do trabalho para o adolescente trabalhador. **Trabalho, Educação e Saúde** [online]. 2010, v. 8, n. 3, pp. 407-417. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462010000300004>.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem** [online]. 2007, v. 20, n. 2, pp. v-vi. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>. Acesso em: 19 nov. 2022

SILVA, Victor Hugo da. Cidadania e inserção laboral assistida: a experiência do trabalho formal de adolescentes pobres. **Estudos de Psicologia** (Natal) [online]. 2011, v. 16, n. 2, pp. 187-195. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2011000200010>. Acesso em: 19 nov. 2022.

SOUZA, Estevão Silva de. As escolhas de formação pessoal e profissional de um jovem protagonista responsável. *Saber Humano: Revista Científica da Faculdade Antonio Meneghetti*, [S.l.], n. 1, p. 10-17, mar. 2018. ISSN 2446-6298. Disponível em: <https://saberhumano.emnuvens.com.br/sh/article/view/279>. Acesso em: 04 maio 2022.

UNICEF. The state of the world's children: adolescence na age of opportunity. New York: Unicef, 2011. Disponível em: <https://www.unicef.org/sowc2011/>. Acesso em: 8 abr, 2023

VILLAR, Maria da Conceição Oliveira; MOURAO, Luciana. Avaliação do programa jovem aprendiz a partir de um estudo quase-experimental. *Temas psicol.*, Ribeirão Preto, v. 26, n. 4, p. 1999-2014, dez. 2018. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2018000400011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 abr. 2022.

WATARAI, Felipe e ROMANELLI, Geraldo. Adolescentes do sexo masculino: Trabalho remunerado e construção da identidade. **Psicologia em Estudo**. 2010, v. 15, n. 3, pp. 547-556.